

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

e-mail de contato: controladoria@aguasdechapeco.sc.gov.br

Responsável pelo Controle Interno: Luiz Carlos Comel

Este relatório refere-se à(s) seguinte(s) unidade(s) gestora(s):

Prefeitura Municipal de Águas de Chapecó; Fundo Municipal de Saúde de Águas de Chapecó; Companhia Hidromineral do Oeste Catarinense; Câmara Municipal de Águas de Chapecó; Controle Interno do Município de Águas de Chapecó

I - Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da(s) unidade(s) jurisdicionada(s)

No Município, o Sistema de Controle Interno apresenta o seguinte tipo de estrutura: Uma unidade, única para todos os Poderes: existe apenas um Órgão Central de Controle Interno responsável pelo Controle Interno nos Poderes Executivo e Legislativo.

A unidade de Controle Interno está subordinada à seguinte estrutura organizacional: Chefe do Poder Executivo - Prefeito(a)

O ato normativo que organiza a estrutura do órgão de Controle Interno é o seguinte: Instituída pela Lei Complementar nº 007/2003, de 12 de dezembro de 2003, alterada pela Lei Complementar nº 15/2007, de 03 de outubro de 2007, e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 29/2004, de 11 de fevereiro de 2004.

A unidade conta com o seguinte quantitativo de pessoal: 0 Servidores efetivos nomeados exclusivamente para atividades de Controle Interno; 0 efetivos de outras áreas que recebem função ou gratificação para o exercício de atividades de Controle Interno; 1 Servidores que ocupam exclusivamente cargo em comissão; 0 Servidores temporários e 0 estagiários.

No exercício em análise, em algum momento a unidade ficou sem acompanhamento do Controle Interno? Não. - .

Os procedimentos de controle realizados foram os seguintes: Orientações aos gestores acerca de normas, procedimentos, etc; Acompanhamento do envio de dados e informações ao e-Sfinge; Acompanhamento de licitações, dispensas e inexigibilidades; Exame da legalidade envolvendo a folha de pagamento e adequação dos pagamentos realizados; Emissão de Parecer sobre a regularidade do processo de admissão de pessoal em cargo efetivo e por tempo determinado Exame de prestações de contas de diárias; Exame de prestações de contas de adiantamentos; Verificação do cumprimento de decisões do TCE/SC; Orientação dos responsáveis pela unidade acerca dos princípios da economicidade, eficiência, eficácia e/ou efetividade; Acompanhamento do controle e guarda de bens patrimoniais; Controle dos direitos e haveres da unidade;

Os seguintes sistemas são informatizados:

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

- **Sistema de controle patrimonial:** Totalmente informatizado
- **Sistema de almoxarifado:** Parcialmente informatizado
- **Sistema informatizado de planejamento orçamentário:** Totalmente informatizado

Em relação à efetividade, avalia-se os itens seguintes com base nas ações do Sistema de Controle Interno do Município:

Se o controle interno possui acesso a informações e sistemas necessários ao exercício das atribuições funcionais: **Excelente**

Se a definição do objeto e a condução de procedimentos de fiscalização por parte do controle interno não depende dos gestores: **Excelente**

Se os resultados das ações do Controle Interno são utilizados como fatores relevantes para a implantação de melhorias: **Razoável / Satisfatório**

Se, no caso de inconformidades, ocorre encaminhamento condizente com a situação encontrada: **Excelente**

Se há Participação do Controle Interno em situações do cotidiano da gestão no sentido de buscar práticas adequadas e evitar inconformidades: **Bom**

Se as rotinas de análises (fiscalizações internas) são definidas periodicamente com base em critérios de materialidade, relevância e risco e formalizadas documentalmente em um plano de atuação:

Se os procedimentos de fiscalização são arquivados e mantidos por no mínimo 5 anos para consulta de possíveis interessados: **Excelente**

Se todos os encaminhamentos dos resultados de ações fiscalizatórias ou de orientação são formalmente documentados, ficando uma cópia disponível para atestar formalmente a atuação: **Excelente**

Se as informações relevantes para a unidade são devidamente identificadas, documentadas, armazenadas e comunicadas tempestivamente às pessoas adequadas: **Excelente**

II - Resumo das atividades desenvolvidas pelo órgão de controle interno

Foram realizados apontamentos do Controle Interno à(s) unidade(s) sob seu controle durante o exercício? Sim

Unidade gestora em que apontamento foi realizado	Assunto	Valor em risco	Quais foram as recomendações do Controle Interno para a solução da situação?	Quais foram as providências tomadas pelo setor responsável?
Prefeitura Municipal	Desvio de dinheiro público.	R\$ 542.521,15	Após constatação de desvio de dinheiro público por meio da auditoria, a imediata	Comunicação ao TCE/SC, Polícia Civil e Federal, Ministério Público, abertura de processo de ação

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			comunicação ao TCE/SC, Polícia Civil e Federal, Ministério Público, bem como, abertura de processo de ação de cobrança judicial.	de cobrança judicial.
--	--	--	--	-----------------------

Foram realizadas comunicações formais a outras unidades de controle ou unidades gestoras? Não

Houve alguma dificuldade para obter informações e documentos para a realização de seus trabalhos? Não.

Em relação à gestão de riscos:

- Os objetivos e metas da(s) unidade(s) sob controle desta unidade estão **Parcialmente** formalizados;
- Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventários de bens e valores de responsabilidade da(s) unidade(s)? **Parcialmente**;

Sobre a execução orçamentária e contábil:

Existência de dano decorrente de irregularidade na Verificação da correspondência das informações contábeis no sistema informatizado do município e Sistema e-Sfinge;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e análises da prestação de contas de diárias;

Não ocorreram irregularidades na Análise dos procedimentos afetos à concessão e prestação de contas de subvenções, auxílios e contribuições, bem como a observância da Lei 13.019/2014 e IN TC-14/2012;

Não foram realizados procedimentos na Análise da existência de metas físicas coerentes no PPA e aderência com LDO e LOA;

Não ocorreram irregularidades na Verificação dos procedimentos adotados na liquidação e pagamento de obras públicas (análise de memoriais de projetos, laudos, vistorias in loco);

Não ocorreram irregularidades na Análise de procedimentos afetos à gestão patrimonial (registros contábeis, sistemas de controle, localização física, etc);

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

III - Relação das irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo

Foram constatadas irregularidades que resultaram em dano ou prejuízo ao erário? Sim

Nome da(s) Unidade(s)	Ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico	Valor do dano	Medidas implementadas com vistas ao pronto ressarcimento	Avaliação conclusiva sobre as justificativas apresentadas pelos responsáveis	Nome ou CPF dos responsáveis
Prefeitura Municipal	Desvio de dinheiro público	R\$ 542.521,15	Ação de cobrança judicial	Inexistente	077.978.649-18

Avaliação conclusiva: avaliação do Controle Interno acerca das justificativas apresentadas pelos responsáveis.

IV Das Tomadas de Contas Especiais instauradas

Há Tomadas de Contas Especiais instauradas? Não

Número da Tomada de Contas Especial	Causa da Tomada de Contas Especial	Data de Instauração da T.C.E.	Comunicação e encaminhamento ao Tribunal de Contas, se for o caso	Resultado ou status do andamento da Tomada de Contas Especial	Valor da Tomada de Contas Especial

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

V - Avaliação das transferências de recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres

Foram transferidos recursos mediante convênio, termo de parceria, termo de cooperação ou instrumentos congêneres? **Sim**

Unidade Gestora em que convênio foi firmado	Tipo de instrumento	Número do Instrumento	Objeto	Volume de recursos transferidos	Situação da análise da prestação de contas do instrumento
Prefeitura Municipal Fundo Municipal de Saúde Prefeitura Municipal	Termo de Fomento Termo de Fomento Termo de Fomento	01/2017 01/2017 02/2017	Transferência de recursos, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não podem se beneficiar pela inclusão em classes comuns do ensino regular, social e saúde, residentes no município de Águas de Chapecó/SC. Transferência de recursos, com a finalidade de promover atendimentos educacionais especializados aos educandos com deficiência intelectual que não podem se beneficiar pela	R\$ 81.175,00 R\$ 20.075,00 R\$ 50.000,00	Prestação de contas regula Prestação de contas regula Prestação de contas regula

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

			<p>inclusão em classes comuns do ensino regular, social e saúde, residentes no município de Águas de Chapecó/SC. Transferência de recursos, com a finalidade de auxiliar parte das despesas com transporte dos acadêmicos residentes no município de Águas de Chapecó/SC, que estão matriculados e com frequência em instituições de ensino superior com sede em outros municípios.</p>		
--	--	--	---	--	--

VI - Avaliação dos processos licitatórios realizados pela Unidade Jurisdicionada

Foram avaliados processos licitatórios pelo Controle Interno? Sim

Critérios de seleção utilizados para a avaliação dos processos de licitação: Todos os processos licitatórios de 2018 foram analisados pelo Órgão de Controle Interno;

Número do Processo de	Modalidade de Licitação	Tipo de Licitação	Valor estimado de	CPF ou CNPJ do Contratado	Descrição dos indícios de
-----------------------	-------------------------	-------------------	-------------------	---------------------------	---------------------------

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Licitação			contratação		irregularidade, se houver
82/2017	Pregão	Menor Preço	R\$ 524.264,74	14.215.962/000	Não houve.
04/2018	Presencial	Menor Preço	R\$ 121.500,00	1-72; 26.723.29	Não houve.
09/2018	Pregão	Menor Preço	R\$ 185.500,00	5/0001-18; 17.2	Não houve.
15/2018	Presencial	Menor Preço	R\$ 42.900,00	71.169/0001-89	Não houve.
16/2018	Pregão	Menor Preço	R\$ 106.950,00	; 12.327.884/00	Não houve.
06/2018FMS	Presencial	Menor Preço	R\$ 289.000,00	01-72	Não houve.
17/2018	Pregão	Menor Preço	R\$ 963.400,00	18.931.242/000	Não houve.
26/2018	Presencial	Menor Preço	R\$ 134.974,00	1-64	Não houve.
30/2018	Pregão	Menor Preço	R\$ 55.200,00	83.675.413/000	Não houve.
32/2018	Presencial	Menor Preço	R\$ 162.250,00	1-84	Não houve.
44/2018	Pregão	Menor Preço	R\$ 115.865,00	84.584.556/001	Não houve.
46/2018	Presencial	Menor Preço	R\$ 440.100,00	2-15	Não houve.
12/2018FMS	Pregão	Menor Preço	R\$ 79.000,00	84.584.556/001	Não houve.
64/2018	Presencia	Menor Preço	R\$ 229.971,26	2-15 e 15.360.5	Não houve.
71/2018	Pregão	Global	R\$ 23.349,09	69/0001-35	Não houve.
	Presencia	Menor Preço		17.734.077/000	
	Pregão	Global		1-98	
	Presencia			06.128.264/000	
	Pregão			1-01	
	Presencia			24.738.291/000	
	Pregão			1-88; 09.492.81	
	Presencia			1/0001-21; 00.5	
	Pregão			93.476/0001-83	
	Presencia			17.271.169/000	
	Pregão			1-89; 07.320.98	
	Presencia			6/0001-26	
	Tomada de Preço			17.235.746/000	
	Tomada de Preço			1-87; 18.830.17	
				1/0001-03; 12.7	
				55.072/0001-28	
				; 86.739.364/00	
				01-03	
				04.494.196/000	
				1-79; 01.418.44	
				4/0001-04; 04.6	
				55.418/0001-98	
				; 18.979.631/00	
				01-60	
				04.494.196/000	
				1-79; 26.086.89	
				6/0001-67	
				83.297.366/000	
				1-00	
				02.448.056/000	
				1-39	
				02.448.056/000	
				1-39	

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Sobre as licitações e contratações da unidade, avalia-se:

- Controle quanto às justificativas da contratação, considerando se a necessidade está alinhada aos planos do órgão contratante (metas do Plano Plurianual), e se a oficialização da demanda foi feita pelo beneficiário da solução a ser contratada: Bom
- Controle acerca da descrição do objeto, quanto à solução escolhida (se embasada em estudos técnicos preliminares), e ao nível de detalhamento dos requisitos necessários e das especificações técnicas: Excelente
- Controle acerca das quantidades a serem adquiridas, verificando a existência de memórias de cálculo e respectivos documentos e informações de suporte, e se estão apensados aos autos do procedimento licitatório: Excelente
- Controle acerca da estimativa do preço, verificando se a pesquisa de preços realizada pelo setor competente reflete a realidade de mercado, e se está apensada aos autos do procedimento licitatório: Excelente
- Controle acerca das dispensas de licitação por valor, visando a evitar o fracionamento de despesas: Excelente
- Controle acerca da identificação das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, e a correlação com as exigências de qualificação técnica previstas no edital: Bom
- Controle quando à designação do fiscal do contrato, mediante designação formal e com definição das suas atribuições: Bom

VII - Avaliação da gestão de recursos humanos

Foram realizados procedimentos de fiscalização relacionados à gestão de pessoal? Sim.

Procedimentos realizados:

Análise da documentação de admissão. 2018. Prefeitura Municipal

Análise da documentação de admissão. 2018. Fundo Municipal de Saúde

..

Avalia-se a gestão de recursos humanos da(s) unidade(s) da seguinte maneira:

- Efetividade do sistema de frequência de servidores (Ponto Eletrônico ou manual): Excelente atuação da gestão
- Controle de horas extras pelos gestores: Atuação razoável da gestão
- Atuação dos comissionados exclusivamente em atividades de Direção, Chefia e Assessoramento: Excelente atuação da gestão
- Realização de cursos de capacitação pelos servidores: Atuação razoável da gestão
- Verificação dos procedimentos de avaliação periódica de desempenho dos servidores: Excelente atuação da gestão
- Avaliação quanto aos programas de treinamento e capacitação dos servidores: Atuação razoável da gestão
- Verificação da concessão das verbas que integram a folha de pagamentos: Excelente

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

atuação da gestão

- Verificação quanto à realização de avaliação de servidores em estágio probatório: Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto à reavaliação periódica dos servidores aposentados por invalidez vinculados aos Regimes Próprios de Previdência Social: Nenhuma atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade dos afastamentos dos servidores (licenças): Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto à regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções públicas: Excelente atuação da gestão
- Verificação quanto às ocorrências relacionadas a desvio de função na área de pessoal: Excelente atuação da gestão
- Conciliação dos valores depositados aos servidores com os valores constantes na folha de pagamento: Excelente atuação da gestão

VIII - Avaliação do cumprimento, pela unidade jurisdicionada, das determinações e recomendações expedidas pelo TCE/SC

Houve alguma determinação ou recomendação expedida pelo TCE/SC em relação à(s) unidade(s) jurisdicionada(s)? Sim

Tipo (Determinação ou Recomendação)	Número do Acórdão	Assunto da Decisão	Situação	Justificativa do Gestor, se houver
Recomendação Recomendação	@PCP 18/00182802 @PCP 18/00182802	Adequação do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno. Adequação dos pareceres dos Conselhos municipais	Implementada Implementada	Não há justificativa Não há justificativa

IX - Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018

Houve decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob controle desta unidade? Não

Nº do Acórdão ou Título Executivo	Data do Acórdão ou Título Executivo	Nome do responsável	Valor	Data da inscrição em dívida ativa	Situação do processo

X - Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência

Houve renegociação da dívida com Instituto ou fundo próprio de previdência? Não

Renegociação realizada, se houver:

- Instituto ou Fundo de Previdência:
- Valor do débito na data da renegociação:
- Critérios utilizados para atualização da dívida:
- Nº de parcelas a serem amortizadas na data da renegociação:
- Outras condições de pagamento pactuadas:

XI - Avaliação acerca da conformidade dos registros gerados pelos sistemas operacionais utilizados pelas entidades com os dados do e-Sfinge

Na avaliação desta unidade de controle interno, os registros gerados pelo sistema de contabilidade, orçamento e finanças encontram-se em conformidade com os dados disponíveis no Sistema e-Sfinge ? **Sim**.

Houve dificuldades para realizar o envio de dados ao e-Sfinge? **Sim**.

XII - Outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015

Acima, foram elencadas outras análises decorrentes do disposto nos artigos 20 a 23 da Instrução Normativa TCE/SC 20/2015.

Relatório de Controle Interno - Anexo VII da Referência: 2018
